



## Redes de Comunicação e Desenvolvimento Local da Pesca na Ilha de Deus<sup>1</sup>

Maria Salett Tauk Santos<sup>2</sup>  
Angelo Brás Fernandes Callou<sup>3</sup>  
João Batista Barros de Amorim<sup>4</sup>  
Giovana Mesquita  
Gilvânia Vasconcelos

### RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as redes de comunicação que envolvem uma comunidade de pescadores artesanais e organizações governamentais e não governamentais, na perspectiva da construção do desenvolvimento local. Os aportes teóricos foram construídos a partir das teorias de redes de comunicação, do desenvolvimento local e das culturas populares contemporâneas. O estudo revelou que são as redes informais que alimentam as redes formais de comunicação na Ilha de Deus.

**PALAVRAS-CHAVE:** redes de comunicação; pesca artesanal; desenvolvimento local.

### Introdução

O objetivo deste estudo é mapear as redes de comunicação envolvendo as organizações formais – governamentais e não governamentais – e a população da Ilha de Deus, na perspectiva da construção do desenvolvimento local<sup>5</sup>. Especificamente, o que se pretende compreender é como são estabelecidas as ações de cada instituição, bem como os fluxos e os meios de comunicação utilizados entre essas instituições e uma população de contexto popular.

---

<sup>1</sup> Trabalho Apresentado ao NP Comunicação Científica do VIII NUPECOM evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, UFRPE.

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, UFRPE.

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, UFRPE.

<sup>5</sup> O estudo faz parte de uma pesquisa, intitulada *Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local*, desenvolvida no âmbito do Projeto Casadinho (CNPq, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco).

A comunidade Ilha de Deus começou a se formar a partir de 1920. Tem uma população estimada em 2000 habitantes e a principal atividade econômica é a pesca artesanal de mariscos. Essa comunidade se configura como um ambiente de contexto popular pelas condições de indigência perante o acesso às políticas públicas de educação, saúde, segurança e infra-estrutura e também pelas desigualdades de acesso e consumo de bens materiais e simbólicos (TAUK SANTOS, 2006).

As redes de comunicação formadas para contribuir com a gestão dos processos de desenvolvimento local em curso envolvem a comunidade da Ilha, representada politicamente pela organização não governamental Caranguejo Uçá e um conjunto de instituições formais, públicas e não públicas. Entre as instituições públicas estão o Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária - IPA, a Prefeitura Municipal do Recife e a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco - AD-Diper. As instituições não públicas são representadas pelo Conselho Regional de Medicina - Cremepe e pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco - Simepe.

Para Silveira, as redes associativas têm um importante papel na construção do desenvolvimento local e devem ter fluxos de comunicação consistentes sobre bases sociais efetivas, que incentivem e orientem mudanças em padrões culturais arraigados. Ratificando essa premissa, esse autor afirma que “a própria idéia-força do desenvolvimento local é, em sua essência, uma idéia de redes, que valoriza a participação e a formação de laços flexíveis, permite a convivência de proximidades e distâncias e estimula a reciprocidade aberta” (SILVEIRA, 2002, p.14).

Nessa perspectiva, Dalmás destaca que as novas modalidades de participação da sociedade na tomada de decisões exigem a construção de processos comunicacionais, capazes de facilitar as relações entre as partes envolvidas com a produção de informações em rede. Os processos de comunicação em rede se caracterizam pela não linearidade, ou seja, as mensagens seguem caminhos cíclicos e perenes que permitem a interação e a compreensão dos múltiplos sentidos, a auto-organização e a re-estruturação dos fluxos e dos meios necessários à comunicação, de forma permanente (DALMÁS, 2002, p.22).

Para a autora, as redes sociais valorizam o compromisso, a coesão e a permanência das pessoas e instituições que delas fazem parte, pois estes aspectos caracterizam os valores da cidadania, democracia, participação e construção de espaços

de diversidade, tolerância e justiça (DALMÁS, 2002). Nesse sentido, Najmanovich (apud DALMÁS, 2002, p. 28), enfatiza que:

A metáfora da rede, especialmente a de fluxos variáveis com pontos de encontro e renovação das pautas de conexão, tem-se mostrado aptas para pensar e construir novas formas de convivência que permitem gerir novos mundos em que somos co-protagonistas, co-evoluindo graças ao permanente jogo de encontros e diferenças.

Dalmás (2002), a partir do pensamento de Morin, chama a atenção para o fato de que as redes não têm hierarquias, permitindo a distribuição de responsabilidades entre quem participa, dependendo dos conhecimentos específicos sobre os temas tratados. A participação depende também da disponibilidade de tempo e de recursos, o que caracteriza o interesse da participação voluntária das pessoas e/ou organizações que formam as redes.

Na conjuntura contemporânea, que compreende, entre outros fatores, as relações entre o global e o local, as redes de comunicação têm uma influência direta na construção de práticas e estratégias de interação, com relações em vias de mão dupla entre os diversos níveis para construção do desenvolvimento local. Essa é uma das características das redes, que favorecem a troca de informações e as negociações entre pessoas e organizações de diferentes lugares, numa velocidade capaz de antecipar o tempo, reduzir distâncias e ampliar as formas de interação.

Nesse contexto, a valorização das potencialidades endógenas como subsídios para o desenvolvimento local parece ser uma resposta, um contraponto à globalização. Para Cocco, o mundo globalizado é permeado por ambivalências e contradições que se complementam e se associam, construindo novas lógicas: ao tempo em que fragmenta e desvincula as relações, gerando novas territorialidades – a exemplo da ‘aldeia global’ e das ‘cidades globais’ – promove novas possibilidades de construção endógena de vínculos e identidades, a partir, dentre outras estratégias, da formação de redes sociais com processos de comunicação permanentes que envolvem grupos de pessoas e organizações, com interesses comuns (COCCO, apud MARINHO, 2002).

Segundo Cunha Bocayuva são os próprios fluxos da sociedade em rede, no contexto da transformação nos padrões de acumulação que atualizam o sentido analítico e prático do local como território de mudança estrutural nas formas de reprodução social. É no fortalecimento do debate sobre cidadania, institucionalização e organização social que as redes de comunicação se afirmam na perspectiva de facilitar a participação

e a construção coletiva de ações para transformação social (BOCAYUVA apud MARINHO, 2002).

Especificamente em contextos populares, as redes associativas tendem a desempenhar um papel determinante na mobilização comunitária, porque criam possibilidades das pessoas protagonizarem os projetos e processos de desenvolvimento local. Parece que é nesse sentido que a população da Ilha de Deus tem se articulado com as organizações governamentais e não governamentais, utilizando a comunicação em rede como estratégia de gestão. A comunidade da Ilha está envolvida na construção de parcerias com o Estado, o Cremepe e o Simepe, no sentido de viabilizar os processos de desenvolvimento local em curso.

O esforço da comunidade da Ilha nessa relação com as organizações públicas e não públicas está centrado em dois eixos relacionados com o desenvolvimento local: um mais imediato, que é viabilizar a implantação dos projetos de incremento à pesca tradicional e artesanal de mariscos, à criação de camarão em tanque-rede, o beneficiamento e a comercialização da produção, elaborados pelo IPA e a AD-Diper, com a participação das famílias e gestores do Cremepe. O segundo eixo é a organização associativa da população da Ilha, como estratégia de garantia dos espaços de discussão política, da comunicação entre as famílias e as organizações parceiras. É nesse campo que se destaca a participação do Cremepe e do Simepe, orientando e incentivando a organização e a participação das pessoas da Ilha nas discussões locais.

A implementação dos projetos produtivos está em fase de negociação e tem a perspectiva de se sustentar numa rede de articulação e comunicação entre as organizações e a comunidade. Por motivos de ordem política e operacional, a demora na materialização dos projetos sinaliza um conjunto de mediações, conflitos e interesses entre as partes: a comunidade com suas condições desiguais e contingenciais de acesso e de apropriação dos bens materiais e simbólicos, com suas expectativas iminentes sobre os projetos e as organizações públicas envolvidas nos trâmites técnicos e burocráticos que têm causado atraso na implantação das propostas.

É nessa conjuntura complexa de necessidades e interesses distintos que o estudo se propõe compreender as redes de comunicação tecidas pela comunidade Ilha de Deus e as organizações públicas e não públicas na construção do desenvolvimento local naquela comunidade. Entende-se que mapear as redes de comunicação é um dos caminhos para compreensão das estratégias de desenvolvimento local, que estão em

curso na comunidade. Além disso, permite compreender as causas, os impactos, as mediações e os interesses envolvidos na ampla divulgação, por parte do Estado, dos vários projetos de desenvolvimento local propostos para aquela comunidade.

### **Caminhos da Pesquisa**

A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de técnicas etnográficas, entrevistas com pessoas da comunidade, lideranças da ong Caranguejo Uçá, análise documental das propostas das organizações, de matérias de jornais diários que circulam em Recife, além de um roteiro de entrevista semi-estruturada, aplicado às duas organizações formais: o Cremepe e o IPA. As entrevistas foram feitas com o diretor da Área Social do Cremepe, responsável pelas articulações entre o Cremepe, o Simepe e a comunidade da Ilha e com duas gestoras do IPA, envolvidas diretamente na elaboração e implementação dos projetos produtivos.

O roteiro das entrevistas foi formatado em três blocos. O primeiro bloco se refere à identificação dos entrevistados: nome, idade, origem, formação acadêmica e cargo que a pessoa ocupa na instituição; o segundo bloco trata da relação da Organização com a comunidade da Ilha, a importância de estar envolvida com gestão de projetos num contexto popular, e como conheceram a Ilha de Deus e sobre a relação dessas Organizações com a comunidade local, particularmente com a ong Caranguejo Uçá. O terceiro e último bloco abordou as estratégias de comunicação, fluxos e meios utilizados pelas Organizações para se comunicar com as outras organizações, envolvidas nos projetos da Ilha, e com a comunidade local.

### **Tecendo Redes para o Desenvolvimento Local**

A crescente importância dada ao contexto local pelo Estado pode ser considerada uma das consequências do processo de globalização. Sinaliza uma das formas de buscar uma posição mais favorável perante o mundo formado pelas diversas redes e comunidades regionais, nacionais e/ou internacionais. A globalização é um movimento que interfere na vida das pessoas, alterando suas relações cotidianas e orientando até mesmo as organizações associativas locais, para que as pessoas tenham acesso aos serviços, bens, créditos e projetos.

Para compreender os fios que tecem as redes de comunicação, ressalta-se a importância de nomear as organizações envolvidas e os projetos e processos em curso na Ilha de Deus. O Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária - IPA está negociando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, um projeto para melhorar as práticas de gestão e manejo da pesca de mariscos, investir no cultivo, ainda incipiente, de camarão em tanque-rede e construir uma unidade coletiva de beneficiamento da produção. Este projeto prever o envolvimento de cerca de 300 pessoas.

Segundo Tauk Santos, a busca do desenvolvimento local implica na mudança dos papéis de atores sociais. O Estado, por se encontrar sujeito às regras de reestruturação mundial da economia e da crise das despesas públicas, procura como saída intervir de forma mais localizada, em parceria com diferentes segmentos da sociedade (TAUK SANTOS, 2006). Nesse sentido, parece coerente apontar que a intermediação do Estado, seja valorizando suas potencialidades ou revelando novas oportunidades a partir delas, pode ser observada nas ações previstas para a Ilha de Deus. Os projetos elaborados pelo IPA, em parceria com um conjunto de organizações governamentais e não governamentais estão balizados na perspectiva do desenvolvimento local, articulados em redes de comunicação que vêm sendo tecidas durante a caminhada e de acordo com as demandas e os acordos institucionais, formais e/ou informais.

Na busca pela sustentabilidade e melhoria das condições de vida da população da Ilha a partir da organização associativa e do incremento da renda, as organizações AD-Diper, IPA, Prefeitura Municipal, Cremepe, Simepe e Caraguejo Uçá formam redes de comunicação que estão influenciando direta e indiretamente nos processos de gestão e articulação da comunidade, com vistas ao desenvolvimento local.

Tais redes de comunicação, que se estabelecem de forma processual, podem levar à construção do desenvolvimento local, desde que dêem conta de um processo de reestruturação sócio-econômica na dimensão humana da solidariedade, da sustentabilidade, das viabilidades e do igualitarismo nas inter-relações pessoais, além das outras dimensões que compreendem os processos de desenvolvimento. Como afirma Jesus (2002, p.279).

O desenvolvimento sustentável vislumbra assim preocupações com o presente e o futuro como o atendimento das atividades básicas das pessoas e a melhoria de sua qualidade de vida, com equilíbrio do

ecossistema e com a equidade social, através de práticas sociais que assegurem e valorizem as decisões dos atores populares, configurando uma efetiva distribuição de poderes.

Analisando sobre o desenvolvimento de projetos que levam em conta as potencialidades endógenas, como é o caso da atividade pesqueira na Ilha de Deus, as ações do Estado parecem representar a tentativa de busca de um conjunto de soluções e respostas para a sustentabilidade local. Portanto, considerando que as ações governamentais estão em diferentes tempos, convém destacar que, enquanto o Estado está dando os primeiros passos no projeto na Ilha de Deus, a Prefeitura Municipal do Recife já tem algumas ações desencadeadas na comunidade: a Secretaria de Assistência Social mantém 25 adolescentes no Programa Agente Jovem; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atende 50 crianças; o Programa Bolsa-Família transfere renda diretamente para 57 famílias e o Banco de Alimentos contabilizou, até janeiro de 2007, a doação de cestas básicas para 450 famílias.

Sem pretender classificar as ações da Prefeitura – que aparentemente podem ser julgadas como assistencialistas, efêmeras e compensatórias – importa ressaltar que as organizações públicas, o Estado e a Prefeitura do Recife, estão procurando se articular no sentido de otimizar o uso dos recursos financeiros voltadas às ações sustentáveis na Ilha contando com a participação da comunidade. É nessa conjuntura que se inserem as parcerias e as relações de cooperação, solidariedade e confiança, que configuram as redes de comunicação naquela comunidade.

### **Mapeando as Redes de Comunicação**

Como sistemas vivos que têm foco nas relações cotidianas entre pessoas e instituições, as redes são estruturadas valorizando a importância da parceria, cooperação e evolução conjunta, na busca pelo fortalecimento das relações sociais. Representam a manifestação social, a tradução em padrão organizacional, de uma nova forma de conhecer, pensar e estar no mundo. Nesse sentido, ao estabelecer redes de comunicação, a comunidade da Ilha de Deus tem em seu favor a possibilidade de fortalecer suas ações e alcançar maior poder negociação com as organizações parceiras e acesso às políticas públicas estruturantes, serviços e bens materiais e simbólicos, componentes necessários ao desenvolvimento local.



Apesar das mais diversas configurações de redes e das temáticas que elas podem abarcar, o ponto fundamental é o trabalho coletivo na comunidade local. Capitaneando o conjunto das ações governamentais com vistas ao desenvolvimento da Ilha, o IPA vem se esforçando para consolidar as redes de comunicação com outras instituições públicas e não públicas. Fazem parte da rede, o MDA, o MDS, a AD-Diper e o Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP, além do Cremepe e do Simepe, que já eram parceiros da comunidade da Ilha antes da intervenção do Estado.

As redes de comunicação envolvem diretamente o diálogo e as negociações do IPA com a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, do MDA e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan, do MDS, que se comprometeram em financiar ciclos de capacitação técnica em aquíicultura e carcinicultura e a aquisição de máquinas e equipamentos para o beneficiamento da produção. Dentro desse mesmo contexto de melhoria da atividade pesqueira, a AD-Diper tem financiado encontros e intercâmbios entre os pescadores artesanais da Ilha e os criadores de camarão de outros estados. O ITEP assumiu a responsabilidade de fazer o monitoramento da qualidade da água do rio, aspecto fundamental para orientar as práticas do cultivo de camarão em cativeiro.

A partir da demanda da comunidade e com a cooperação e a intermediação do IPA, a Prefeitura do Recife se comprometeu com a doação de parte dos equipamentos para beneficiamento do pescado, além da implantação de hortas comunitárias para consumo das famílias e venda do excedente para a escola e a creche que a Prefeitura mantém na Ilha.

As ações do Cremepe e do Simepe começaram em 2005, a partir de uma parceria com a Universidade Estadual de Pernambuco - UPE e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Pernambuco - SDS. Essa parceria resultou na oferta de um curso de pré-vestibular realizado pela UPE, para 75 estudantes do ensino médio e de um curso supletivo para 50 pessoas, entre jovens e adultos. A comunicação entre o Cremepe, a UPE, a SDS e a comunidade aconteceu informalmente, por meio de conversas e de visitas dos gestores dessas duas instituições à Ilha, articuladas pelo diretor do Cremepe.

Parece evidente que o papel do Cremepe e do Simepe é discutir as demandas locais, elaborar as estratégias de articulação com a comunidade e mediar as negociações. Foi assim também a intervenção do Cremepe e do Simepe na questão da



falta de água para as famílias, que resultou na viabilização de uma rede de distribuição, construída pela Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa.

### **Tecendo Estratégias de Comunicação**

Para facilitar a comunicação na própria Ilha e fora dela, o Cremepe conseguiu os equipamentos para instalação da Rádio Comunitária 'Boca da Ilha', seis computadores que estão sendo usados para capacitar jovens e seis máquinas de costura, usadas para capacitar mulheres. Além disso, vem dando apoio financeiro a alguns grupos artísticos de teatro, música e grafiteagem que estão se organizando na Ilha.

O diálogo entre as instituições governamentais se dá a partir de diferentes estratégias: em nível estadual, o IPA, a AD-Diper, o ITEP vêm mantendo uma agenda de reuniões desde o começo deste ano, discutindo os orçamentos, as responsabilidades de cada instituição, os prazos e parâmetros para o desencadeamento das ações previstas nos projetos. As negociações vêm acontecendo entre as instituições governamentais e a comunicação se dá de maneira formal, por meio de ofícios, reuniões e audiências. A comunicação entre o IPA e a Prefeitura Municipal também se dá formalmente, com reuniões entre as secretarias e diretorias.

Em nível federal, o IPA se relaciona diretamente com os representantes das secretarias do MDA e do MDS. Nesse contexto, segundo o IPA, as negociações são demoradas e a comunicação é totalmente formal, com processos burocráticos complexos que estão influenciando no atraso da implantação dos projetos. Portanto, apesar das diferentes estratégias nos variados níveis, parece coerente afirmar que existem, de fato, redes de comunicação entre as instituições formais – governamentais e não governamentais – e a comunidade da Ilha, cujo propósito é agregar esforços para captar os recursos financeiros orçados e envolver os três níveis de governo e a comunidade no desencadeamento dos projetos de desenvolvimento local.

Analisando a comunicação entre as organizações governamentais com a comunidade, pode-se afirmar que as relações se dão tanto diretamente com a Caranguejo Uçá, quanto com os grupos de interesses, como os criadores de camarão, as pescadores de mariscos, e as outras organizações existentes na Ilha. Foi assim, segundo o IPA e a Caranguejo Uca, que os projetos foram discutidos, elaborados e aprovados.

Já a relação do Cremepe e do Simepe com a comunidade é por meio da Caranguejo Uçá. A comunicação é meramente informal: todos os contatos são feitos por telefone, por meio de recados, visitas e encontros casuais e/ou marcados com antecedência, como os convites para o Cremepe participar das reuniões e palestras com as instituições que têm interesse em investir na Ilha. O gestor do Cremepe é sócio e participa das reuniões ordinárias e extraordinárias da Caranguejo Uçá. Segundo ele, o papel da instituição ‘é apoiar as lutas, se responsabilizar pela articulação entre as organizações para viabilizar os projetos e fortalecer as relações e a comunicação entre a Ilha e as organizações externas, públicas ou não’.

### **Considerações Finais**

A constatação de que tanto o Estado quanto a população da Ilha aparentam valorizar a necessidade de participação na elaboração dos projetos, nas negociações e/ou na legitimação dos processos, mesmo que tenham sido pensados/sugeridos primeiramente pelo Estado se configura como uma estratégia importante na visão contemporânea da participação para construção do desenvolvimento local. Essa condição foi confirmada tanto pelas pessoas da Caranguejo Uçá, quanto pelas gestoras do IPA, principal representação do governo estadual na Ilha.

Importa destacar que todas as informações e opiniões coletadas na Ilha têm a visão dos membros e gestores da Caranguejo Uçá, embora se saiba que existem outras organizações associativas na comunidade. Mesmo não tendo conhecido nenhuma versão da Associação de Moradores da Ilha – primeira organização associativa local – sobre os projetos propostos pelo IPA e a AD-Diper, por exemplo, é possível perceber indícios de disputas políticas dentro da Ilha. Percebendo esse viés e com a intenção de ter os projetos legitimados pela população, o IPA reuniu lideranças dos vários segmentos, os grupos de interesse e o pessoal da Caranguejo Uçá no processo de elaboração e aprovação dos projetos.

A identificação das redes de comunicação, considerando os fluxos e os meios num contexto popular como a Ilha, também indica que já há uma compreensão de que qualquer processo de desenvolvimento local deve partir da convocação e mobilização das pessoas e instituições locais e da valorização das potencialidades e capacidades endógenas, tendo a comunicação, em rede, como gestora dos processos de articulação, aprovação e implementação de ações coletivas.

A capacidade de articulação dos moradores da Ilha com entidades governamentais e não governamentais parece indicar que já existe certo nível de consciência na comunidade, que garante a vontade e o interesse de buscar parcerias e viabilizar o atendimento às demandas locais. São esses valores que vêm fortalecendo a capacidade da comunidade participar da elaboração de projetos e da construção de caminhos para o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, fica evidente que a comunidade da Ilha tem convicção de qualquer projeto não deve levar em conta somente o aspecto econômico e imediato, mas, e principalmente, as demais variáveis que garantam a sustentabilidade para o presente e o futuro da população. O próprio fato de morarem numa ilha, onde os recursos naturais e os meios de produção são peculiares e a ‘oferta’ dos produtos é sazonal, parece que tem uma influência direta pela busca da sustentabilidade. Esse conjunto de fatores é o que indica a vontade, evidente, da população participar de qualquer proposta que esteja direcionada para o desenvolvimento da Ilha.

Como o estudo na Ilha foi feita com dados da Caranguejo Uçá, julga-se importante destacar que essa organização demonstra que tem visão sobre os gargalos, as potencialidades e as necessidades da Ilha. Também é possível perceber que essa leitura crítica sobre os processos em curso e os interesses do Estado com a Ilha devem ser considerados para o fortalecimento das potencialidades endógenas, seja na atividade pesqueira ou em outras que precisam ser ainda enxergadas e valorizadas.

É perceptível a intenção, explicitada pela ONG Caranguejo Uçá, de que as pessoas tenham acesso às políticas públicas de educação, saúde, segurança, lazer, transporte etc. Todas essas ações devem ter a preocupação evidente com a manutenção e os cuidados com o meio ambiente, já que a renda principal da comunidade vem das águas do rio.

Na perspectiva de um projeto de desenvolvimento local sustentável, percebe-se, com relação às redes de comunicação, ainda há um longo caminho de aprendizagem e negociação a ser trilhado na Ilha de Deus. Essa leitura parte da constatação de que existe, ainda, uma predominância das interações comunicacionais informais, alimentando as relações não formais, o que pode desfavorecer o compromisso com a implementação das ações estruturantes, fundamentais ao desenvolvimento local e sustentável da Ilha de Deus.



## REFERÊNCIAS

DALMÁS, Garcia Dantas. **Comunicação e movimentos populares**: quais redes? São Leopoldo: Ed. UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos; La Havana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King Jr.; Montevideu: Ciências de La Comunicacion. Universidad de La República, 2002.

JESUS, P. de. Desenvolvimento local. In: CATTANNI, Antônio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2002.

MARINHO, Cássio. **Algumas palavras sobre rede**. Brasília: Desenvolvimento Local – Dinâmicas e Estratégias - REDE DLIS, 2002.

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Brasília: Comunidade Solidária – Governo Federal, 2002.

TAUK SANTOS, M. S. **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.